



Contribuição Paulista ao Combate à Revolução na Armada (1893-1894) e à Guerra Civil (1893-1895)

Cláudio Moreira Bento*

Resultante de pesquisa histórica básica, o artigo resgata a importante contribuição prestada, pelo Estado de São Paulo ao Governo Federal, durante os dois episódios que marcaram o início da nossa República.

Em 5 de fevereiro de 1893, estourou, no Rio Grande do Sul, a guerra civil que ficou conhecida como Revolução Federalista, e hoje ela é chamada *Revolução de Bárbaros, Maldita, da Degola e dos Fuzilamentos*, pelos padrões de violência que a caracterizaram, no massacre de republicanos, no Rio Negro, respondido pelo massacre de federalistas, do Boi Preto.¹ Sob o estímulo dessa guerra, estourou, em 6 de setem-

bro de 1893, no Rio de Janeiro, a Revolta de 1/5 da Armada, nome, à época, de nossa Marinha de Guerra.² Os dois movimentos armados, que tinham o objetivo comum de depor o presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, envolveram, aterrorizaram e ensanguentaram as regiões sul e sudeste do Brasil, à exceção de Minas Gerais e Espírito Santo. Eles dividiram profundamente a família da região sul entre *maragatos* e *pica-paus*. Por tudo isso explica-se, de certa forma, o memoricídio a que foram condenados, evitando reabrir feridas em cicatrização.

* Coronel do Exército e sócio-benemérito do IGHMB.

A historiografia aborda a guerra civil em foco como tendo ocorrido na região sul, deixando esquecido o envolvimento expressivo de São Paulo — inicialmente para tentar contê-la (combinada com a *Revolta na Armada*), no Paraná, na Lapa, em Tijucas e Paranaguá; em seguida para, efetivamente, barrar seu avanço, em Itararé e outros pontos da fronteira São Paulo—Paraná; e, finalmente, com emprego de expressivas forças mobilizadas, concentradas e apoiadas logisticamente pelo presidente de São Paulo, Dr. Bernardino de Campos, para libertar o Paraná da ocupação e domínio por forças do *Governo Provisório* que a Revolta estabeleceu em Desterro,³ durante cerca de cem dias.

Ela não destacou o hercúleo esforço de guerra do Estado de São Paulo, sob a liderança de seu presidente, para assegurar a inviolabilidade do porto de Santos, chave de acesso a São Paulo e objetivo inicial de conquista, segundo o plano da *Revolta na Armada*,⁴ o qual visava a estabelecer, na capital paulista, o *Governo Provisório do Brasil* e, em Santos, sua base de operações, para facilitar o reconhecimento externo da beligerância da revolta. Não destacou, também, o esforço despendido para guarnecer e defender os portos do litoral norte de Ubatuba, Caraguatubá e São Sebastião, vias-de-acesso ao vale do Rio Paraíba, leito da ferrovia Rio—São Paulo, única via de ligação entre as duas capitais, em razão do domínio naval com que contava a Revolta. Eram portos que poderiam servir de apoio aos navios revoltosos, do mesmo modo que os de Iguape e Cananéia, além de base para ataques navais e terrestres, na direção Paranaguá—Santos.

Foi nesse contexto de defesa dos portos paulistas, que o cruzador *República* e o cruzador-auxiliar *Pallas* bombardearam, em 20

de setembro de 1893, os fortes da Barra e Augusto, em Santos dos quais foram repelidos, com algumas baixas para seus defensores, do Exército e da Polícia Militar de São Paulo. O ataque foi repetido na cidade de São Sebastião, em 5 de outubro de 1893, pela torpedeira *Marcílio Dias* e pelos cruzadores-auxiliares *Pallas* e *Íris*, que haviam se aposado do porto, a partir da base que estabeleceram em Ilha Bela.

De 6 de setembro, início da *Revolta na Armada*, até 8 de abril de 1894, passagem da *Esquadra Legal* por Santos, ao comando do Almirante Jerônimo Gonçalves, para bater remanescentes da Revolta baseados em Santa Catarina e Paraná, Santos e os demais portos paulistas viveram 7 meses de angústias, e incertezas, alimentados pela desinformação, pelos boatos alarmantes sobre ameaças de ataques de navios revoltosos, desembarcando federalistas em suas praias. As possibilidades eram centuplicadas pelo temor do confronto com tropas "habilíssimas no uso da lança e adeptas do extermínio dos adversários pela degola". Havia chegado, em São Paulo, a notícia da vitória de Gumersindo Saraiva, em Cerro do Ouro (20 de agosto de 1893), onde seus lanceiros mataram, em campo aberto, de 300 a 400 republicanos, bem como a notícia sobre o massacre do Rio Negro, próximo a Bagé, onde foram degolados, após se renderem sob garantia de vida, cerca de 300 civis que constituíam a cavalaria republicana ali presente.

Desse modo, São Paulo, em seu esforço de guerra, conseguiu evitar as tentativas da Revolta (em combinação com a Guerra Civil) de utilizar Santos e demais portos paulistas, bem como de interferir na ferrovia São Paulo—Rio, com o apoio de simpatizantes, da Revolta e da Guerra Civil, no Estado.

Acreditamos que, decorrido já o centenário daqueles sangrentos eventos fratricidas, seja a primeira vez que é evocada e interpretada a expressiva participação paulista, para a consolidação do regime político sonhado na Convenção Republicana de Itu.

Para conter o avanço federalista na barreira de Itararé e negar, à Revolta na Armada, a posse dos portos paulistas, em especial o de Santos, o enorme esforço de guerra paulista, se caracterizou, segundo concluímos:

- pela aquisição, na Argentina, de cerca de 7.000 fuzis *Mannlicher*, com cerca de 6.000.000 de cartuchos, através do Ministro Plenipotenciário do Brasil em Buenos Aires, Dr Joaquim Francisco de Assis Brasil, os quais começaram a dar entrada em Santos em 5 de fevereiro de 1894, seis dias antes da capitulação da Lapa (PR). Armamento e munições foram fornecidos às tropas da Polícia Militar, do Exército e da Guarda Nacional, que formaram o Corpo Expedicionário que defendeu a fronteira São Paulo—Paraná e, depois, libertou o Paraná;

- pela fabricação e fornecimento de fardamento, calçados e equipamentos para as tropas do Exército, da Guarda Nacional e da Polícia Militar, em São Paulo;

- pela aquisição de expressiva quantidade de cavalos e muares para os comboios de abastecimento logístico e para as operações, em especial nas ligações Tatuí—Itararé, Caçapava—Paraibuna—Caraguatatuba e Santos—Cananéia;

- pelo apoio logístico a 8.000 homens do Exército, da Polícia Militar, da Guarda Nacional e da Guarda Cívica, que atuaram na defesa do litoral, da fronteira São Paulo—Paraná, e que combateram em Tijucas (PR) e na Lapa (PR);

- pelo apoio ao fabrico de granadas, na Fábrica de Santana do Ipanema, para a artilharia que defendeu Santos;

- pelo estímulo à fabricação de pólvora, por indústria de Perus, e pela confecção de minas elétricas, que minaram o canal de acesso ao porto de Santos.

História é verdade e justiça. Estes são os objetivos do presente ensaio, ao ensejo dos centenários da Revolta na Armada e da Guerra Civil recentemente ocorridos. São Paulo impediu que a Revolta usasse o porto de Santos como base de operações e os federalistas transpusessem a barreira de Itararé, chave para a conquista da cidade de São Paulo e, a partir desta, do Rio de Janeiro, com a consequente deposição de Floriano Peixoto.

Este estudo visa também a atender ao conselho do Marechal Ferdinand Foch:⁶

"Para alimentar o cérebro de um Exército na paz para melhor prepará-lo para a eventualidade de uma guerra, não existe livro mais fecundo em meditações do que o da História Militar."

O estudo militar dessa luta interna é ricamente propício a meditações e, conseqüentemente, à obtenção de ensinamentos táticos, logísticos e estratégicos pelos militares das nossas Forças Armadas, como o foram a anterior, Revolução de 1842, e as posteriores de 1924, 1930 e 1932, que envolveram São Paulo, incidindo em pontos expressivos da geografia militar paulista para a condução de operações militares, tais como: cidade de São Paulo, portos de Santos e São Sebastião; cidades de Campinas, Sorocaba e Itararé; cidades do Vale do Paraíba (Caçapava, Taubaté, Guaratinguetá e Lorena), articulando o litoral com o Vale e a Mantiqueira; cidades da Serra do Mar (Paraibuna, São Luiz e Cunha), articulando, na serra, o litoral com o Vale do Paraíba.

Penso que as lições colhidas nessa luta interna foram bem aproveitadas pelos revolucionários de 1924 e 1930, e pelos revolucionários paulistas de 1932.

SÃO PAULO E A GUERRA CIVIL NA REGIÃO SUL, 1893-1895

Ao estourar a Guerra Civil no Rio Grande do Sul, São Paulo se solidarizou com o governo da União. O apoio foi traduzido na Lei 120, de 15 de março de 1893, votada pela Assembléia Paulista, a qual autorizava o governo de São Paulo "a prestar à união os auxílios que forem necessários para manter a integridade da Pátria e as instituições republicanas", e que foi promulgada, no mesmo dia, pelo presidente de São Paulo, Dr. Bernardino.

Esse apoio, na prática, traduziu-se em linhas gerais, pela doação à União de 2 mil contos de réis para a compra de armas, pelo pagamento das despesas para a defesa do porto de Santos, pelo pagamento das despesas decorrentes das movimentações das forças militares em São Paulo e pela organização da 1ª Divisão do Corpo-de-Exército Expedicionário, destinado a defender Itararé e, depois, libertar o Paraná da Revolta e da Guerra Civil. Isso tudo implicou uma despesa estimada de 8 mil contos de réis, dos quais a União ficou devendo 6 mil, afora a doação de 2 mil. Em contrapartida, a União cedeu a São Paulo, por ocasião da revolta do Almirante e Senador Wandenkolk, o aprestamento da fortaleza da Barra de Santos, uma bateria do 2º Regimento de Artilharia, do Rio, e, também do Rio, um contingente do 22º Batalhão de Infantaria — transformado, em 1938, no

3º Regimento de Infantaria. Essas providências visavam a melhor defender Santos, que só dispunha do 3º Batalhão da Polícia Militar — a capital dispunha do 10º Regimento de Cavalaria Ligeira, que, em 1938, passou a ser o 6º Regimento de Cavalaria, de Alegrete, após ter sido aquartelado, em Sorocaba, de 1894 a 1908.

SANTOS E A REVOLTA NA ARMADA

Ao estourar a Revolta na Armada, em 6 de setembro, Santos possuía os meios de defesa acima descritos, e era o objetivo de conquista do Plano da Revolta. Aí seria a base de operações a serviço de um **Governo Provisório**, a ser instalado na cidade de São Paulo,⁷ possibilidade que foi comunicada, em 8 de setembro, ao presidente de São Paulo, pelo presidente da República.

Dia 6 de setembro, o Presidente da República telegrafou ao Presidente de São Paulo, comunicando-lhe o início da revolta. E assinalou: "*Previno-vos, recomendando atividade e prudência. Olhai a cidade de Santos.*"⁸

O presidente de São Paulo, em resposta, telegrafou protestando apoio e solidariedade ao Presidente Floriano Peixoto, nos seguintes termos, os quais foram mantidos até o final da Revolta e da Guerra Civil: "*Dou e darei todo o apoio a vossa autoridade porque sois o poder legítimo. Confiai em minha lealdade. Bernardino de Campos.*"⁹

A DEFESA DO PORTO DE SANTOS

Constando do plano da Revolta, e do alerta do presidente da República, ser o porto de Santos o objetivo principal de conquista dos revoltosos, para torná-lo base de operações contra o governo no Rio, foram tomadas providências urgentíssimas para mantê-lo em condições de resistir aos ataques da Revolta. Tais ataques teriam tido maior viabilidade se o Almirante Saldanha da Gama não tivesse mantido neutralidade, controlando importantes efetivos que a Revolta não pôde usar para desembarcar em Santos, conquistá-lo e, a seguir, conquistar São Paulo, sede do **Governo Provisório** pretendida.

Em 9 de setembro, o presidente da República informou, ao presidente de São Paulo, que não poderia destinar à defesa de Santos mais tropas do Exército, pois toda ela estava empenhada no combate à Revolta, no Rio, e à Guerra Civil, no Rio Grande do Sul.

Como medidas de defesa urgentes registrem-se:

- a transferência, para Santos, do comando do 4º Distrito Militar (atual 2ª Região Militar), sediado em São Paulo, ao comando do Coronel José Jardim;

- o recolhimento urgente, de Santos para São Paulo, de 10 mil toneladas de carvão que poderiam servir aos revoltosos;

- o recolhimento de todo o numerário das repartições federais e estaduais, de Santos para São Paulo;

- a estruturação da defesa de Santos, sob a liderança do presidente Bernardino de Campos, obedecendo o seguinte esquema de comando: comandante do 4º Distrito Militar, Coronel José Jardim; comandante da Polícia Militar de São Paulo, Coronel PM Inocêncio

Ferraz, o comandante da Praça de Santos, Dr. Theodoro de Carvalho, chefe da Polícia;

- a organização da defesa de Santos, em 3 linhas, ao longo da praia, como se segue: 1ª linha, Paquetá—Ponta da Praia, ao comando do Tenente-Coronel A. Pinto Paca; 2ª linha: Ponta da Praia—Praia José Menino, ao comando do Coronel Xavier Baptista; e 3ª linha: José Menino—São Vicente, ao comando do Coronel J. S. Torres Homen;

- a obstrução do canal de acesso ao porto, com pontões, guardadas as margens do canal pelo Corpo de Bombeiros de São Paulo, transformado em Infantaria, e ao comando do Tenente-Coronel do Exército José Carlos da Silva Telles — que vem sendo confundido com seu tio, Carlos Telles, herói da resistência ao cerco Bagé, que ocorreria três meses mais tarde;

- concentrar, nas três linhas de defesa de Santos, em Ponta da Praia, Conceiçãozinha, Outerinho e Alto da Serra, contingente da Polícia Militar de São Paulo (do 3º Batalhão de Polícia Militar, Santos; do 2º, Jundiá, e contingente do 5º, São Paulo);

- reforçar a fortaleza da Barra de Santos com contingentes do 22º Batalhão de Infantaria e 20º Batalhão de Infantaria — Goiás, ambos do Exército;

- destinar a bateria do 2º Regimento de Artilharia, do Rio (Regimento Floriano), para guarnecer o forte Augusto e operar duas peças *Krupp 75* e duas *La Hitte* raiados, retirados do navio de guerra *Centauro*, posto a pique pela própria guarnição, para não servir à defesa de Santos;

- utilizar o 10º Regimento da Cavalaria Ligeira, do Exército para a defesa da ponte de Paquetá e auxiliar a artilharia da Barra;

- guardar a Alfândega, com o 3º Batalhão de Polícia Militar, e defender seu quar-

tel com as duas únicas metralhadoras disponíveis em Santos;

- proteger a ferrovia Santos-São Paulo com os efetivos assim distribuídos: Cubatão (40 homens), Alto da Serra (20 homens), Rio Grande (20 homens), Ribeirão Pires (20 homens) e São Bernardo (25 homens);

- em caso de ameaça de ataque a Santos, ficaria essa cidade em condições de receber os seguintes reforços, todos à disposição do comandante do Distrito Militar: 1º e 5º Batalhões de Polícia Militar, da capital, e 4º, do interior, 300 guardas nacionais armados e mais duas metralhadoras, da capital. Esse foi o dispositivo que fez frente ao ataque de navios revoltosos, em 20 de setembro de 1893, e que será descrito adiante.

O efetivo de defesa de Santos, variou, durante sete meses, de 550 a 1.200 homens do Exército e da Polícia Militar. A defesa não dispõe de nenhum meio naval, pois o *Centauro*, com que contava, foi afundado, como dito atrás, em 8 de setembro, por sua própria guarnição.

Após o ataque sofrido em 20 de setembro, sua defesa foi melhorada sensivelmente. Paquetá foi artilhada com duas peças, bem como a ilha Porchat. Foi-lhe dado, em reforço, o 1º e o Batalhão Bernardo Ellis, ambos da Guarda Nacional e, mais tarde, o 109º e mais o Batalhão Republicano, de Santos, da mesma Guarda Nacional. Foi ativado o sistema de minas elétricas, desenvolvidas por engenheiros paulistas, alimentados por um dínamo, no forte Augusto, e acionados das posições de Outerinhos, Conceiçãozinha e Entrada da Barra. Estavam artilhadas: Paquetá (duas peças), ilha Porchat (duas peças *Krupp 75*), forte Augusto (duas peças *Krupp 75*, duas *La Hitte* raiados e quatro *Armstrong*). As granadas estavam sendo

fabricadas pela Fábrica de Santana de Ipanema, dirigida pelo Exército, e a pólvora era produzida em fábrica existente em Perus. Os corpos da Guarda Nacional de Sorocaba, Campinas e São Carlos substituíram a Polícia Militar. Merecia especial atenção a vigilância sobre a ilha Porchat, a ponta do cabo submarino em uma casa da praia José Menino, a a praia de São Vicente, pela possibilidade de um desembarque de tropas nesses locais, segundo boatos insistentes.

O INCIDENTE DO AFUNDAMENTO DO *CENTAURO* E O ATAQUE DE NAVIOS REVOLTOSOS A SANTOS, EM 20 DE SETEMBRO DE 1893

A defesa de Santos pensou contar com o navio *Centauro*, em missão de serviço quarentenário em Santos e que protestara solidariedade ao governo. Mas, na manhã de 8 de setembro, correu a notícia de que ele havia sido posto a pique pela própria guarnição, liderada pelo imediato, tenente João F. dos Reis Junior em razão de seu comandante estar doente em terra. O Tenente Reis Jr. embarcou o que foi possível nos rebocadores *Mauro* e *República*, e rumou para o norte, indo desembarcar na ilha Grande, com 14 tripulantes, após seu grande e ousado feito naval.

Foi encarregado de resgatar, do fundo, o *Centauro*, o hoje consagrado herói naval, o então capitão-tenente, João Soares Dutra, que não o conseguiu entretanto, a tempo de ser usado na defesa de Santos.

Os rebocadores *Mauro* e *República*, usados pela guarnição do *Centauro*, foram re-

cuperados na Ilha Bela e, de lá, resgatados por uma expedição chefiada por Soares Dutra e composta de 30 policiais militares do 3º Batalhão de Polícia Militar. Touxeram 6 tripulantes do *Centauro*, que se entregaram, inclusive o Tenente João Fagundes Lins. Comandava o *Centauro*, o Capitão-de-Fragata Júlio Brito. Indiscutivelmente foi um grande feito naval para a causa da Revolta.

A Revolta despachou, do Rio, em 17 e 18 de setembro de 1893, a Divisão Naval Expedicionária, ao comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra Frederico Guilherme de Lorena, constituída do cruzador *República*, da torpedeira *Marcílio Dias* e do cruzador-auxiliar *Pallas*. Eles forçaram a barra do Rio em brilhante feito naval. Sua missão era "acelerar a vitória contra o governo, inutilizando instalações e apreendendo os navios que encontrasse" segundo o Almirante Leoncio Martins.¹⁰

A notícia, ao chegar a Santos, encheu sua população de pavor. Grande parte dela procurou sair da cidade rumo a São Paulo e a serra. Havia uma grande inferioridade da artilharia de terra em relação a dos navios revoltosos. Eram esperados, em Santos, 4 navios revoltosos. Em 20 de setembro, pela manhã, se apresentaram, na barra de Santos, o *República* e o *Pallas* que, por suas atitudes, deram a impressão de que submeteriam Santos a bloqueio naval, conforme constava do plano inicial da Revolta. Em seguida, das 9h30min. às 11h30min., os navios revoltosos atacaram, com sua artilharia e de posições não ideais, os fortes da Barra e Augusto. A resposta da artilharia das fortalezas não atingia os navios, fora que estavam do alcance delas. Um projétil calibre 32 de uma peça *Armstrong*, do *República*, atingiu a muralha do forte Augusto. Os estilhaços do impacto

feriram o cabo Francisco Nascimento e o soldado Pedro Augusto do Nascimento, do Exército, do 22º Batalhão de Infantaria. Granada caída próximo do forte Augusto feriu, com um estilhaço, o soldado João Baltazar, do 2º Batalhão de Polícia Militar (Jundiaí).

O forte Augusto foi quartel-general da resistência. Ali se encontravam o presidente de São Paulo e o comandante do 4º Distrito Militar. É atribuída ao Dr. Bernardino de Campos esta resposta, ao pedirem que se abaixasse na muralha para proteger-se de uma granada que passou sibilante sobre sua cabeça quando, ereto, acompanhava a situação: "O Estado de São Paulo não se abaixa."

A defesa do forte da Barra esteve a cargo de 189 homens de artilharia e infantaria do Exército (do 20º e 22º Batalhão de Infantaria). A defesa do forte Augusto esteve a cargo da Bateria do 2º Regimento de Artilharia, com apoio dos soldados do 3º Batalhão de Polícia Militar. A fortaleza da Barra foi comandada pelo alferes Covas e o forte Augusto pelo capitão de Artilharia João José Lima. Os revoltosos não se aventuraram no canal defendido pelo Corpo de Bombeiros e por civis, inclusive a *Rivadavia Correia*, ao comando do Tenente-Coronel Silva Teles. O 10º Regimento de Cavalaria estava na defesa de Paquetá (ponte) e a defesa da Alfândega era feita pelo 3º Batalhão de Polícia Militar.

Os navios revoltosos rumaram para o sul. Com apoio das autoridades e do povo, a ilha de Santa Catarina capitulou à Revolta, em 29 de setembro, em condições generosas. Comandava a guarnição da ilha o Coronel de Infantaria Julião Serra Martins. Ele fez tudo ao seu alcance para defender a ilha. Mas só pôde contar com 11 oficiais, entre eles o Tenente Muricy, que imortalizou o episódio,

na obra *A Revolução de 93 nos Estados de Santa Catarina e Paraná* (Rio, Bibliex, 1946).

O Coronel Serra Martins foi deixado, pelo Pallas, no litoral, em Sepetiba e, depois de justificar-se em Conselho de Guerra, retornou por São Paulo ao Paraná, para ter saliente papel na resistência da Lapa e, após, como comandante da fronteira São Paulo-Paraná, em Itararé. É um bravo esquecido.¹¹

Ao invés de fazê-lo na cidade de São Paulo, como era plano da Revolta, o *Governo Provisório do Brasil* foi estabelecido em Florianópolis (atual). Dali, a Guerra Civil e a Revolta da Armada se irradiaram ao Paraná e passaram a ameaçar São Paulo, chave para a conquista do Rio de Janeiro e a conseqüente deposição do presidente da República, Marechal Floriano. São Paulo continuou a desenvolver as defesas de Santos e dos portos de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, Iguape e Cananéia e, da fronteira, em Itararé, contra o avanço de federalistas que dela se aproximavam.

O ATAQUE DA REVOLTA A SÃO SEBASTIÃO

Ficaram operando, no litoral norte de São Paulo, a torpedeira *Marcílio Dias* e o cruzador-auxiliar *Íris*. Eles causaram preocupações a São Paulo, pela possibilidade de, com apoio de simpatizantes da Revolta em São Sebastião, São Luiz do Paraipitinga e Taubaté, executarem as ações que se seguem:

- interferência nas ligações telegráficas Rio—São Paulo, em São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba;

- atuação nas direções Ubatuba—São Luiz do Paraipitinga—Lorena e São Sebas-

tião—Caraguatatuba—Paraibuna—Caçapava, para interromper, com o apoio de simpatizantes da Revolta, a ferrovia Rio—São Paulo, o que isolaria o Rio de Janeiro por terra, porquanto já o fora por mar;

- utilizar os portos de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilha Bela, como base de apoio aos revoltosos e para ações contra Santos.

Idêntica preocupação existiu em relação aos portos de Iguape e Cananéia, estratégicos para a Revolta e o Governo, por usar o litoral Santos—Paranaguá, a fim de manter contato com o Paraná e nele injetar toda sorte de apoios. Isso aconteceu até 10 de janeiro de 1894, quando o Paraná foi invadido pela Revolta e a Guerra Civil, restando somente receber apoio por Itararé.

A revolta pretendia usar o litoral e os portos de Cananéia e Iguape como via-de-acesso para atacar Santos por terra e mar, em combinação com um ataque terrestre por Itararé, conforme plano do chefe do estado-maior de Gumersindo Saraiva, coronel do Exército Jaques Ouriques, o estrategista da invasão do Paraná.¹²

Para fazer face a essas possibilidades, o presidente de São Paulo tomou as seguintes providências: guarnecer pontos estratégicos da ferrovia Rio—São Paulo, em especial, as pontes sobre o Rio Paraíba, e guarnecer, com 30 homens de Caçapava e os restantes enviados de São Paulo, a via-de-acesso São Sebastião—Caraguatatuba—Paraibuna, servindo a última de base de apoio no litoral, e de resistência na serra.

São Sebastião, onde havia muitos simpatizantes à Revolta, pediu, através de sua Câmara, a retirada das tropas, para não atrair represálias dos revoltosos. Não foi atendida pelo presidente de São Paulo.

Decorridos 8 dias do ataque da Revolta a Santos, os revoltosos ocuparam São Sebastião por sete dias (de 28 de setembro a 5 de outubro de 1893). O telégrafo foi interrompido. As ligações de São Paulo com o litoral norte passaram a ser feitas por Ubatuba e Caraguatatuba, através do quartel-general do Exército, na Praça da República. Foi guarnecida a via-de-acesso Ubatuba—São Luiz de Paraipitinga—Lorena, com forte contingente em São Luiz.

Em 5 de outubro, todos os portos do litoral paulista estavam guarnecidos. O litoral norte estava defendido por elementos do 5º Batalhão de Polícia Militar (capital) e mais o Corpo de Bombeiros, todos ao comando do Tenente-Coronel José Carlos Silva Teles. Corriam insistentes boatos, segundo os quais a Revolta desembarcaria, tropas federalistas do Gumersindo Saraiva, em São Sebastião, Boynuganga e Bertiooga, para um novo ataque a Santos.

Em 5 de outubro, Silva Teles libertou São Sebastião, completamente abandonada pelas autoridades e pela população. Nesse dia, a torpedeira *Marcílio Dias* e o cruzador-auxiliar *Iris* despejaram, sobre *São Sebastião*, em dois ataques, cerca de 50 granadas, que causaram estragos em edifícios. Temendo maior envolvimento, Silva Teles retraiu para Caraguatatuba, deixando um pequeno efetivo em São Sebastião. No dia 12 de outubro, recebeu duas peças de artilharia que, em feito épico, desceram a serra. Foram assestadas em Caraguatatuba, num ângulo de 30 graus e cobrindo um raio de cerca de 3.000m.

Ali, o Tenente-Coronel Teles recebeu a seguinte diretriz do Dr. Barnardino: "*Abrir com urgência caminho por terra São Sebastião—Caraguatatuba; guardar a serra de Paraibuna; vigiar e armar emboscadas em*

São Sebastião, assegurando seguro retraimento de lá; guardar o telégrafo e reprimir qualquer tentativa de interrompê-lo; guardar Juriqueriquerê."

No dia 16 de outubro de 1893, foi fuzilado, em Caraguatatuba, o soldado Eurico de Oliveira do 4º Batalhão de Polícia Militar (interior) que, após haver-se insubordinado com o alferes Heitor Guinard, durante uma instrução, saiu de forma e, de modo covarde, deu-lhe um tiro no rosto. Os oficiais da guarnição de Caraguatatuba o condenaram a morte por fuzilamento e assinaram ata a respeito. Foi fuzilado frente a toda a tropa formada. O presidente de São Paulo, ao conhecer o crime do soldado Eurico e as circunstâncias em que foi praticado, enviou telegrama, no dia imediato, onde dizia: "*Aprovo o que foi resolvido e executado.*"

Por volta de 13 de novembro, a pressão sobre o litoral norte foi aliviada. Ficaram guarnecendo Caraguatatuba 100 homens. O coronel Teles retornou, com o corpo de Bombeiros, para viajar o canal de navegação de Santos. A artilharia foi destinada para Itararé.

A DEFESA DO LITORAL SUL DE SÃO PAULO

A perda da ilha de Santa Catarina pelo Governo, em 29 de setembro de 1893, e o estabelecimento do *Governo Provisório do Brasil* em Florianópolis, para onde se dirigiram contingentes de federalistas do Rio Grande do Sul, que se aproximavam, assim, de São Paulo, determinou a necessidade de defesa da fronteira paulista em Itararé e a defesa dos portos de Iguape e Cananéia. Pelo litoral Santos—Paranaguá, a União e o estado de São Paulo introduziram reforços de toda

ordem. Inicialmente visando a expulsar a Revolta e a Guerra Civil de Santa Catarina. Mal sucedido esse objetivo, o caminho litorâneo foi usado, pela União e por São Paulo, para enviar reforços ao Paraná, objetivo de conquista do *Governo Provisório* instalado em Santa Catarina. Conquistado o Paraná, o próximo passo, com apoio no plano do citado estrategista Coronel Jaques Ouriques, era atacar São Paulo, por Santos e Itararé. São Paulo envia, então, reforços ao Paraná e dá apoio aos enviados pela União.

Em 10 de outubro, passou por Santos o General Argolo, para assumir o 5º Distrito Militar (atual 5ª Região Militar) e comandar a expulsão da Revolta e da Guerra Civil de Santa Catarina. Pelo mesmo caminho litorâneo, seguiu o Coronel Serra Martins, que capitulara em Santa Catarina, em 26 de outubro, para assumir saliente papel na defesa da Lapa e o comando da Fronteira de Itararé. Após servir com Argolo, em sua expedição frustrada até Santa Catarina, ele se retiraria para a Lapa, por não ter conseguido os apoios esperados, em um meio de simpatia, ou grande temor, à Revolta e aos federalistas. Pelo litoral passou o Batalhão de Franco Atiradores, de tristíssima memória entre a população do litoral.¹³ Por terra, em tempo recorde de viagem no eixo Tatuí-Itararé-Lapa, chegou, a 26 de novembro, o Coronel Gomes Carneiro, e assumiu o comando das forças que Argolo conseguira reunir na Lapa. Nesse dia, chegara no Recife navios comprados nos EUA, na Inglaterra e na Prússia pelo governo, para formar a *Esquadra Legal*, a fim de combater a Revolta na Armada, que estourara fazia cerca de 80 dias. No sul, a 2ª invasão federalista havia dado início aos cercos de Bagé e do Rio Negro. No último, após 3 dias de resistência, forças do governo, ao

comando do Marechal Isidoro Dias Lopes, capitularam sob garantia de vida-acordo que não foi respeitado e que resultou no massacre, por degola, de cerca de 300 civis que constituíam a cavalaria governista. Foi um ato de triste memória executada por mercenários uruguaios e argentinos a serviço dos federalistas, ali liderados pelo General honorário Joca Tavares.¹⁴ Bagé resistiu ao cerco, feito pelo mesmo general, até 8 de janeiro de 1894, sob a liderança do Coronel Carlos da Silva Teles. O cerco foi levantado à aproximação da Divisão do Sul ao comando do Coronel João Cezar Sampaio, o que veio frustrar a 2ª invasão.¹⁵

Desde 10 de outubro, havia a idéia de guarnecer a fronteira de São Paulo em Itararé. Havia convicção, no governo da União, de que o 5º Distrito Militar possuía condições de resolver sozinho a situação, e isso foi informado ao presidente de São Paulo.

Em 1º de dezembro de 1893, o Almirante Custódio de Melo, com o encouraçado *Aquidabã* e o cruzador-auxiliar *Esperança*, forçou com sucesso a barra do Rio de Janeiro e rumou para o sul. Esse fato causou enorme alarme no litoral de São Paulo e, em especial, em Santos, embora os revoltosos nunca tenham atuado na região.

Em 7 de dezembro de 1893, o Almirante Saldanha da Gama aderiu à Revolta, emitindo uma proclamação até hoje polêmica, por inquinada de restauradora da Monarquia, circunstância que foi habilmente explorada pelo Governo, com a idéia força de luta pela consolidação da República. Esse fato foi criticado por Lorena.

Com o *Aquidabã*, a esquadra fora do Rio foi muito reforçada. O imaginário popular multiplicava o seu poder por mil. A Revolta possuía domínio naval absoluto sobre o lito-

ral sul e nada a ameaçava. Possuía ampla e total liberdade de atuar.

Em 10 de janeiro de 1894, forças do *Governo Provisório*, seguindo plano de Jaques Ouriques já referido, invadiram o Paraná, por Paranaguá, Tijucas e Lapa, visando a conquistar Curitiba e, por via de consequência, o Paraná. Conquistaram Paranaguá, em 15 de janeiro, fechando o caminho terrestre Santos—Paranaguá—Curitiba, essencial ao Paraná para receber apoios da União e de São Paulo. Tijucas capitulou em condições generosas, em 17 de janeiro. A Lapa resistiria por 26 dias, até 11 de fevereiro de 1894, quando capitulou, após haver tombado ferido de morte o líder e alma da resistência, o Coronel Antonio Gomes Carneiro. As capitulações de Tijucas e da Lapa ao General Gumersindo Saraiva se fizeram sob condições generosas, bem ao contrário do que ocorreu em Rio Negro. Ali foram libertados oficiais de São Paulo enviados para a defesa do Paraná, muitos dos quais estão imortalizados no Panteon da Lapa. Em 20 de janeiro de 1894, a Revolta e a Guerra Civil assumiram o Governo do Paraná, e o exerceram por mais de 100 dias, até sua restauração legal.

A resistência legendária da Lapa por 26 dias, e que teria se prolongado por mais tempo, não fora a morte de seu líder, ganhou estrategicamente precioso tempo para a organização da defesa de Itararé, para a defesa do governo no Rio, beneficiado, ainda, durante o cerco, em 26 de janeiro, com o fim do bloqueio naval do porto do Rio de Janeiro, imposto por Esquadra dos EUA sob as ordens do presidente Cleveland, e mais tempo para organização e adestramento da *Esquadra Legal* no Recife, pois, em 22 de janeiro de 1894, no quinto dia de resistência da Lapa,

o Almirante Jerônimo Gonçalves assumiu o seu comando, no Recife e, no mesmo dia, zarpuou para Salvador.¹⁶

No litoral sul paulista, Cananéia havia sido guarnecida e o acesso a seu porto dificultado por um cabo de aço. Após recolher todas as embarcações do rio da Ribeira que pudessem ser úteis a Revolta, sua guarnição procurou defender-se em Iguape, inacessível a vapores, ligada a Santos por telégrafo e mais fácil de ser apoiada com refoços vindos da retaguarda. Santos foi mais reforçada, ainda, pela Guarda Nacional e duas peças de 70.

Sem meios navais, o governo usou largamente navios estrangeiros para enviar recursos humanos e bélicos a Santos e, mesmo, a Montevidéu, para onde rumara o Almirante Jerônimo e sua equipe, e mais o futuro Almirante Batista das Neves,¹⁷ entre outros, para guarnecer navios do Brasil, estacionados na capital uruguaia, e que viriam integrar a *Esquadra Legal*. Os revolucionários os usaram também.

Embora sem condições de fazer desembarques no litoral paulista, os navios revoltosos e suas admiráveis guarnições fixaram, no litoral de São Paulo, importantes efetivos, em detrimento da defesa de Itararé, posição da qual se aproximavam com suas possibilidades centuplicadas pela lenda de guerreiros habilíssimos no uso da lança e acostumados a degola de prisioneiros, segundo Isidoro Dias Lopes.¹⁸ Havia muito já chegado à fronteira de São Paulo notícias das centenas de governistas mortos a lança em Cerro do Ouro¹⁹ e por degola em Rio Negro.²⁰ O imaginário se encarregava do resto. Essa lenda contribuiu muito, no Paraná, para provocar deserções, dificultar o recrutamento e a colaboração da população. Ao contrário, a

Guerra Civil, com a euforia da fácil vitória, fez surgir os batalhões patrióticos, de descendentes de estrangeiros,²¹ cujo entusiasmo arrefeceu por ocasião da retirada federalista e da ofensiva governista. Não havia consciência popular das idéias em jogo.

A ORGANIZAÇÃO DA DEFESA DA PRONTEIRA EM ITARARÉ

Para a defesa de São Paulo na fronteira com o Paraná, de onde partiriam as ações para libertar o Paraná e Santa Catarina da Revolta e da Guerra Civil, foi organizado, progressivamente, um corpo-de-exército, cujo comando passou a ser exercido pelo General Ewerton Quadros, em Itararé, em 28 de março de 1894, quando a sua 1ª Divisão já havia invadido o Paraná e se encontrava, havia 2 dias, em Jaguariaíva. Esse corpo-de-exército, integrado por forças do Exército, Guarda Nacional e Polícia Militar de São Paulo, teve, ao final, a seguinte organização:

- 1ª Divisão — comandada pelo Coronel Firmino Pires Ferreira, que se assinalara por atos heróicos no Paraguai;

- 1ª Brigada — comandada pelo Coronel Braz Abranches e integrada pelo 20º Batalhão de Infantaria (Goiás, formador do 1º Batalhão de Infantaria em 1938); 39º Batalhão de Infantaria (formador do 15º Batalhão de Infantaria em Curitiba, em 1938); Batalhão Campineiro (Guarda Nacional de Campinas, SP) e Batalhão Frei Caneca (Guarda Nacional de São Paulo);

- 2ª Brigada — comandada pelo Coronel João da Silva Braga (PMSP) e integrada pelo 1º Batalhão da Polícia Militar (capital), 2º (Jundiá) e 3º (Santos),²¹ além do Bata-

lhão Silva Telles (da Guarda Nacional de São Paulo);

- 2ª Divisão — comandada pelo Coronel Manoel Eufrazio Santos Dias;

- 3ª Brigada — comandada pelo Coronel José Maria Marinho da Silva e integrada pelo 9º Batalhão de Infantaria (Bahia, formador de Organizações Militares de Infantaria em Florianópolis e Joinville); 37º Batalhão de Infantaria (São Paulo, formador do 11º Regimento de Infantaria, São João del Rey); 1º Regimento de Cavalaria (Rio, atual Dragões da Independência de Brasília); Batalhões Francisco Glicério e Operário (da Guarda Nacional de São Paulo);

- 4ª Brigada — comandada pelo Coronel José Delgado Dias de Carvalho e integrada pelo 1º Batalhão de Artilharia de Posição (duas peças); 15º Batalhão de Infantaria e 2º Regimento de Cavalaria (da Guarda Nacional de São Paulo).

Eram do Exército o comandante do Corpo-de-Exército, das divisões e das 1ª e 3ª brigadas. Os da 2ª e 4ª brigadas, presume-se, eram da Polícia Militar de São Paulo.

Forneceram contingentes de guardas nacionais para a defesa da fronteira as seguintes localidades paulistas, além da capital: Amparo, Campinas, Caçapava, Jundiá, Mococa, Mogi Mirim, Porto Feliz, São José dos Campos e Sorocaba, que vigiou a serra próxima a Iguape.

Para o apoio logístico de Itararé, foi estabelecido, desde Tatuf, fim da ferrovia, um comboio de mais de 1.500 mulas e carroções. A linha telegráfica chegou a Itararé, vinda de Tatuf, em 5 de fevereiro de 1894, 20º dia da resistência da Lapa. Itararé ficou ligada ao Palácio do Governo, no Rio. Ainda a 2 de fevereiro, chegaram a Santos, destinados a defesa de Itararé e invasão do Paraná, 5 mil

carabinas *Mannlicher* e 4 milhões de cartuchos, adquiridos por São Paulo, através do ministro Plenipotenciário em Buenos Aires, Dr. Francisco Assis Brasil que, em 1923, lideraria a Revolução do Rio Grande.

Em 13 de fevereiro, segundo dia da capitulação da Lapa, chegou a Itararé o ajudante-de-ordens do Coronel Gomes Carneiro, em busca de socorro, tendo declarado²² "*calcular 3.000 federalistas no Paraná, mal armados e com pouca munição, em especial de Artilharia; que 500 homens seriam suficientes para romper o cerco da Lapa; que o Coronel Gomes Carneiro esperava resistir mais 18 dias, ou 44 no total, até receber socorro de São Paulo, de Xanxerê ou da divisão gaúcha do norte, de Pinheiro Machado*".²³

Essa comunicação não correspondia a realidade, a julgar por depoimento do mais tarde marechal Isidoro Dias Lopes, que liderou a Revolução de 1924 em São Paulo e que, como federalista, acompanhava Gumersindo Saraiva, "*os federalistas e a Revolta possuíam cerca de 6.000 homens e muita artilharia; que eles se haviam fortalecido com armas, munições e homens capitulados em Florianópolis, Paranaguá, Tijucas, Lapa e que haviam encontrado abandonados, em Curitiba, na pressa da retirada do General Pego Junior*".

Dia 16 de fevereiro de 1894, chegou em Itararé a notícia da capitulação da Lapa, ocorrida cinco dias antes, fornecida pelo Coronel Telemaco Borba, federalista, o qual informou "*que todos os defensores haviam morrido, os federalistas estariam em Castro, em 18, e em seguida, em Jaguariaíva e Itararé*".

A notícia exagerada alvoroçou toda São Paulo. Gumersindo Saraiva e seus lanceiros estavam prestes a invadir a cidade, pois o

Governo conhecia o plano da Revolta e da Guerra Civil pelo qual, a partir do Paraná, em ataques combinados, por mar e terra, conquistariam São Paulo, capital. Essa pressão sobre Itararé perdurou por cerca de um mês, até os federalistas conhecerem a capitulação da Revolta no Rio, em 12 de março de 1894. Sobre Santos, perdurou até por ali passar com destino ao sul, em 8 de abril de 1894, a *Esquadra Legal*, o que tornou possível a liberação de maiores meios para a fronteira em Itararé, em apoio a 1ª Divisão, que marchava em direção a Curitiba.

O DESENVOLVIMENTO DA DEFESA DE ITARARÉ

Em 17 de janeiro de 1894, início do cerco da Lapa, Itararé era guarnecido com 500 homens da Guarda Nacional, tendo recebido 15 oficiais do Exército. Em 20 de janeiro, a Revolta e a Guerra Civil assumiram o governo do Paraná. Somente a Lapa resistia, dando tempo para fortalecer Itararé. Em 26 de janeiro, o efetivo da Lapa subiu para 860 homens, carentes de armas e munições. Teve início a construção do telégrafo Tatuí-Itararé, pelo Capitão Ximenes Villeroy, do Exército, que espalhou a avaliação alarmista de que "*Itararé seria atacada por 8.000 mil federalistas e que não resistiria 5 minutos*"—apreciação que teve seu lado positivo, no sentido que fosse dada maior atenção à defesa de Itararé e da fronteira adjacente. O presidente de São Paulo telegrafou ao Presidente da República: "Comunico que concentrarei em Itararé um corpo-de-exército e solicito oficial competente para comandá-lo. Estão impedidos o Coronel Inocêncio Ferraz, por ser o comandante da Polícia Militar, e o Co-

ronel José Jardim, por comandar o 4º Distrito Militar, em Santos, cuja defesa não pode deixar. Ofereci o comando ao General Pego Junior, que abandonara o Paraná, e ele recusou o oferecimento, seguindo para o Rio e deixando as forças que o acompanharam em Itapetininga.”

Em 1º de fevereiro 1894, 14º dia de resistência da Lapa, Itararé conheceu a capitulação generosa de Tijucas, inclusive de Tropas retiradas de Itararé. Nesse dia, assumiu o comando da fronteira o Coronel Braz Abranches, do Exército, herói do Paraguai, reforçando a posição com o 20º Batalhão de Infantaria (Goiás), o 1º Batalhão de Polícia Militar, o Batalhão Operário e um contingente de Jundiá; ambos da Guarda Nacional. Em 2 de fevereiro, chegaram em Santos armas e munições adquiridas na Argentina para o corpo-de-exército, dia em que o General Pego Junior passou em São Paulo. No Rio, o general respondeu a Conselho de Guerra e foi condenado a morte. Não foi executado, segundo o historiador Arivaldo Pontes, por interferência dos alunos da Escola Militar, que o admiravam.²⁵

Em 12 de fevereiro, dia seguinte à capitulação generosa da Lapa, toda a fronteira São Paulo—Paraná estava bem guarnecida (Itararé, Rio Verde, Ribeira e Paranapanema) e já dispunha de novo comandante, o Coronel Firmino Pires Ferreira, do Exército, herói de Guerra no Paraguai e natural do Piauí. Ele dispunha de 2.000 homens do Exército, da Polícia Militar e da Guarda Nacional.

Segundo o mais tarde Marechal Isidoro Dias Lopes, que lutou como federalista no Paraná, seus companheiros desperdiçaram cerca de um mês em bailes e fotos em Curitiba, ao invés de darem curso à marcha em direção a Itararé, marcha que não seria

fácil e rápida, tal o volume do problema logístico que iriam enfrentar, longe que estavam de um porto e num itinerário que não contava com a ferrovia que, de Ponta Grossa, dirigia-se a Itararé — trecho que a divisão do Coronel Firmino, com todo o apoio logístico oficial, levou mais de um mês para percorrer. A artilharia federalista seria um grande trambolho num caminho assim.

Em 24 de fevereiro de 1894, 13º dia da capitulação da Lapa, a fronteira Paraná—São Paulo, com o seu centro de gravidade em Itararé, estava guarnecida por 3.000 homens. Nesse dia, foi promulgada a Constituição de São Paulo. Informes chegados a Itararé diziam existir, em Jaguariaiva, força federalista de 200 homens, “em maioria argentinos e uruguaios armados de lanças e outras armas extravagantes”. Havia um temor generalizado, em Itararé, de que a cavalaria federalista, precedida de uma fama que era centuplicada pela lenda, pudesse envolver, cercar e isolar Itararé, aproveitando diversas passagens.

Em 27 de fevereiro de 1894, o capitão federalista Luiz Pinto Pereira apresentou-se, como desertor, e declarou a existência de um plano em curso para conquistar a cidade de São Paulo, numa manobra combinada Itararé—São Paulo e Paranaguá—Santos, por terra e por mar, e, daí, por terra até São Paulo. Esse plano existiu e era da lavra de Jaques Ouriques.

Em 1º de março de 1894, a *Esquadra Legal*, guarnecida metade por brasileiros e metade por marinheiros estrangeiros contratados nos EUA, deixou Salvador rumo ao Rio.²⁶ A guarnição brasileira era integrada por marinheiros que não aderiram à Revolta e alunos das escolas militares do Ceará, Porto Alegre e Praia Vermelha. Em São Paulo,

1.200 homens estavam sendo preparados para seguir para Itararé. A fronteira estava bem guarnecida. Só lhe faltava cavalaria, para ações de cobertura e de arrebanhamento de gado nas fazendas ao sul do Paraná. Postos avançados, no Paraná, mantinham a vigilância.

Em 11 de março de 1894, a Revolta capitulou no Rio. Saldanha da Gama e seus marinheiros foram acolhidos a bordo de navios de guerra portugueses, que os transportaram para o Uruguai, onde se evadiram em grande número, antes de serem levados para Portugal. O acolhimento provocou o rompimento das relações Brasil—Portugal. Nesse dia, chegou informe em Itararé de que o coronel federalista Juca Tigre, forte de 1.000 homens, se aproximava de Itararé, e que, à sua retaguarda, vinha Gumersindo Saraiva.

A capitulação da Revolta no Rio, conhecida no Paraná pelos federalistas, foi o ponto de inflexão, da ofensiva sobre São Paulo, para a retirada para o Rio Grande. Coube expressivo papel, na capitulação da Revolta, à presença no Rio, da *Esquadra Legal* do Almirante Jerônimo Gonçalves,²⁷ apelidada por Gaspar Silveira Martins, de “*Esquadra de Papelão*”, tal como Pinheiro Machado apelidara os federalistas de “*maragatos*”, e Júlio de Castilhos a junta que o depusera do governo de “*Governicho*”, todos apelidos com grande força irônica e que passaram à História.

Era grande a expectativa, em Santos e Itararé, de um ataque. O Coronel Firmino declinou de passar à ofensiva, por dispor de informe que poderia comprometer sua retaguarda sem a devida cobertura, e que dava conta de “*haver chegado em Jaguariaiva 3.000 federalistas, com 10 peças de artilharia e 200 cavalarianos, ao comando do co-*

ronel federalista, dos quadros do Exército, Antonio Carlos da Silva Piragybe, de Infantaria”. De fato, Piragybe enviou uma proclamação a Itararé, e depois se retirou, viajando para o Uruguai, em 22 de março, tendo se incompatibilizado em Castro.

Por essa época, face à capitulação da Revolta no Rio, os federalistas se reuniram em Ponta Grossa e, à luz da realidade estratégica, decidiram que “*face à inevitável capitulação da Esquadra de Fora, do Almirante Custódio, à Esquadra Legal, do Almirante Jerônimo Gonçalves, os federalistas ficariam sem apoio naval para prosseguir. Decidiam então retornar ao Rio Grande do Sul divididos em 3 colunas*”.

A OFENSIVA DO GOVERNO NO PARANÁ E SANTA CATARINA

Em 21 de março, o Coronel Firmino deu início à ofensiva, com a 1ª Divisão. Avançou na Ribeira, Rio Verde, Paranapanema e Itararé. Nessa localidade, deixou duas peças guarnecidas por 500 homens, um contingente de Infantaria e os doentes. Nesse dia, era nomeado comandante do Corpo-de-Exército em Operações no Paraná e 5º Distrito Militar, o General-de-Brigada Francisco Raimundo Ewerton Quadros. Acompanhava as tropas do Coronel Firmino, para reassumir o governo do Paraná, o Dr. Vicente Machado, que não se cansava de exaltar e agradecer o apoio recebido de São Paulo e de seu presidente, Dr. Bernardino de Campos.

Em 26 de março de 1894, o Coronel Firmino entrou em Jaguariaiva e encontrou os federalistas em franca retirada. Dois dias após, o General Ewerton chegou a Itararé para implementar a organização da 2ª Divi-

são de seu corpo-de-exército. A organização foi concluída em 14 de abril.

Em 8 de abril de 1894, a *Esquadra Legal*, do Almirante Jerônimo Coelho, passou em Santos, aliviando a tensão que aquela praça padecera durante 7 meses.

Em 12 de abril, depois de o Almirante Custódio de Melo, durante 6 dias, tentar conquistar, o porto de Rio Grande, foi repellido, por forças ao comando do General Bacelar. Daí seguiu para o Prata, desembarcando com federalistas em Castilhos, e entregando os navios à Argentina — navios que foram resgatados, mais tarde, pela *Esquadra Legal*.

Em 13 de abril de 1894, após 23 dias do início da ofensiva, a 1ª Brigada da 1ª Divisão, do Coronel Braz Abranches, ocupou Castro, às 16 horas, após breve escaramuça, em que os atacantes tiveram 1 morto e 4 feridos. Fez-lhe a vanguarda o Batalhão Campineiro, que sustentou tiroteio junto à margem esquerda do Rio Iapó, sendo auxiliado pelo 2º Batalhão de Infantaria (Goiás). O Coronel Braz Abranches foi louvado nos seguintes termos: "*Ao veterano do Paraguai, chefe da 1ª Brigada no momento da ação, o valoroso Coronel Braz Abranches, eu consagro todos os louvores que o brilho da vitória exige... Coronel Firmino, comandante da 1ª Divisão.*"

Em 16 de abril de 1894, a *Esquadra Legal* torpedeou e neutralizou, à noite, o temível e legendário couraçado *Aquidabã*. A seguir, libertou Florianópolis do domínio que a Revolta e a Guerra Civil exerciam sobre ela, fazia 6 meses e meio. Assumiu o governo militar e civil o Coronel Moreira Cezar, ao qual a História vem atribuindo fuzilamentos em número exagerado, cujas responsabilidades morais vêm sendo atribuídas a políticos locais, segundo se conclui do professor Carlos

Humberto Correia, da UFSC. O mesmo se aplica a execuções, no Paraná, atribuídas ao General Ewerton Quadros. São pontos que merecem aprofundamentos para que a História seja verdade e justiça, e não estigmatize a memória de ausentes. Enfim, são questões em aberto.

Em 24 de abril de 1894, a *Esquadra Legal* reconquistou Paranaguá e Antonina. Ela desembarcou o 2º Batalhão de Polícia Militar (de Jundiá) em Paranaguá. Essa unidade, que atuara na defesa de Santos, depois de muito perigosa viagem ferroviária pela serra da Graciosa, entou em Curitiba às 19 horas, indo aquartelar-se nas instalações do 17º Batalhão de Infantaria, na Rua 13 de Maio. Foi a primeira tropa do governo a entrar em Curitiba. Ela integrava a 2ª Brigada da 1ª Divisão do Corpo-de-Exército.

Em 3 de maio de 1894, a 1ª Divisão deixou Ponta Grossa indo para Curitiba, após esperar a 2ª Divisão e o General Ewerton atingirem Castro. Sem reação, com todo o apoio logístico e sem Artilharia, a 1ª Divisão demorou cerca de 40 dias para fazer o trajeto Itararé—Ponta Grossa. Assim, após a capitulação da Lapa, os federalistas só poderiam atuar, em força, em Itararé, estimo, por volta de 1º de março, caso a Lapa não tivesse resistido, e por volta de 27 de março, com o retardo da resistência da Lapa.

Em 1º de março de 1894, a *Esquadra Legal* deixou Salvador. A fronteira de Itararé já possuía 3.000 homens e mais 1.200 se preparavam para reforça-los. 27 de março de 1894 era o 16º dia da capitulação no Rio e o Almirante Gonçalves estava para descer para o sul, ficando os federalistas sem apoio terrestre na fronteira, e sem o apoio da esquadra do Almirante Custódio. Enfim, são considerações válidas para demonstrar a impor-

tância estratégica da resistência da Lapa e da *Esquadra Legal* para acelerar o término da Revolta e da Guerra Civil no Paraná e Santa Catarina, bem como da defesa da fronteira de São Paulo-Paraná em Itararé.

Em 6 de maio de 1894, a vanguarda da 1ª Divisão, do Coronel Firmino, entrou em Curitiba, levando o Dr. Vicente Machado, que foi reempossado no governo do Paraná. Ordem-do-dia do corpo-de-exército, do General Ewerton Quadros, declarou Santa Catarina e Paraná libertados da Guerra Civil e da Revolta na Armada. Em 9 de maio, o 2º Batalhão de Polícia Militar da 2ª Brigada foi mandado retornar a Paranaguá e passou a guarnecer Morretes, Antonina e Restinga Seca.

A participação de São Paulo aqui descrita, sob a liderança de seu presidente, Dr. Bernardino de Campos, foi relevante para a libertação do Paraná. Este agradecimento do governador do Paraná resume o que afirmamos: "...ao benemérito patriota (Dr. Bernardino de Campos) que preside os destinos de São Paulo e a quem o Paraná e o seu governo legal devem os mais assinalados serviços... Dr. Vicente Machado."

Em 26 de maio de 1894, no km 65 da ferrovia Curitiba—Paraná foram fuzilados, sumariamente, o barão de Serro Azul²⁸ e 5 dos seus companheiros — epflogo lamentável, à espera de um julgamento sereno pelo tribunal da História.

A CONSOLIDAÇÃO DA RETOMADA DO PARANÁ

Em 7 de abril de 1894, Gumersindo Saraiva encontrava-se em Ponta Grossa a concluir a ordem-do-dia nº 6 que emitiu. Nesse

dia, a 1ª Divisão do Coronel Firmino se aproximava de Castro, que ocupou em 13 de abril. Em 12 de abril, o Almirante Custódio havia sido repellido da cidade de Rio Grande e o Almirante Jerônimo Gonçalves estava chegando, com a *Esquadra Legal*, em Santos, a caminho de Florianópolis. Por essa época, em 10 de abril, ocorreu o massacre do Boi Preto, em Palmeiras das Missões. Cerca de 300 federalistas foram mortos por forças do Coronel Firmino de Paula, como vingança expressa do massacre do Rio Negro, ocorrido em 28 de novembro de 1893.

Na ordem-do-dia citada, reproduzida por VILALBA, E. (Rev. Fed. do RGS. Rio, Laemmert, 1897, doc. 133, pág. 252), Gumersindo declarou, entre outras afirmações:

- que assumira o governo do Paraná importante chefe paulista, o Dr. José Antônio Ferreira Braga, que já fora presidente do Pará;

- que o Almirante Custódio estava forçando a barra do Rio Grande com 4.000 homens, para conquistar aquele porto e, a seguir, Pelotas e Porto Alegre, de acordo com os chefes federalistas Joca Tavares, Salgado, Prestes Guimarães, Marcelino Pina, Rafael Cabeda, Silveira Martins e tantos outros, para depor Júlio de Castilhos da presidência do Rio Grande do Sul;

- que iria concentrar seu Exército em Ponta Grossa, espalhado que se encontrava, pelo Paraná e Santa Catarina, da seguinte forma: uma brigada na fronteira, frente a Itararé, com Telemaco Borba e P. Pinto; outra no Assunguy, com Jocelyn Borba, Teixeira Freitas e Abranches; o forte do Exército em Ponta Grossa, com Torquato Severo e outros chefes; a guarnição de Curitiba, ao comando de Cesário Saraiva²⁹ e do Amaral, e a Artilharia ao comando do Coronel Colônia; ou-

tra brigada em Paranaguá, com Paim, Leoni e Cavalcanti; outra em Rio Negro, com Felício, Filgueiras e Fragoso; uma divisão em Guarapuava, com Juca Tigre, e outra em Chopim, com seu irmão Aparício Saraiva, que teria, mais tarde, grande projeção no Uruguai.

Gumersindo, ao se referir a seus comandantes subordinados, usou largamente os adjetivos: denodado, valente, intrépido, ilustre, audaz, destemido, invencível — este só para seu irmão Aparício. Aqui talvez residisse um dos segredos de sua enorme liderança. É uma lição de História.

Prosseguindo em suas considerações Gumersindo assinala:

- que depois de “2 meses de descanso do seu invencível Exército, recomençaria as operações de guerra”, que seriam dirigidas contra a coluna Coronel Firmino, que se lançaria a partir de Itararé, a qual estava reservado o mesmo destino das de Paranaguá, Ambrósios (Tijucas) e Lapa — o Coronel Firmino já estava próximo de Castro, com cerca de 17 dias de marcha, desde Itararé;

- repelida a coluna do Coronel Firmino, chegaremos à fronteira de São Paulo, onde adotaremos os seguintes comportamentos alternativos:

- “se São Paulo pegar em armas contra o governo federal em seu território, eu não ultrapassarei a fronteira”;

- “se São Paulo pegar em armas contra o governo eu irei auxiliá-lo com todo o meu Exército e, juntos, libertaremos os demais Estados”;

- “caso São Paulo não pegue em armas contra o governo, a minha consciência diz que devo proclamar a independência do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul”.

E termina, entre outros brados, com um “viva o Paraná independente!”

O Coronel firmino,³⁰ antes de lançar-se para o sul com a 1ª Divisão, emitiu uma proclamação às suas tropas (VILALBA, *op. cit.*, doc. 132, pág. 251), na qual diz que nunca deixaria de ver, com a maior angústia e pesar, que os que se encontravam nas fileiras federalistas eram nossos irmãos, por serem filhos da mesma pátria. E apela às suas tropas, em maioria de São Paulo nos seguintes termos: “E a vós paulistas, invocando o vosso glorioso passado na formação da pátria brasileira e os vossos assinalados serviços na obra de fundação da República. A vós, particularmente, eu peço a contribuição indispensável de vossa energia e de vossa coragem para pedir-lhes que este solo tão belo, tão rico e tão fértil, não venha a ser esterilizado pelas pegadas dos invasores.”

Cerca de seis dias antes de dar início à contra-ofensiva para libertar o Paraná, o Coronel Firmino havia recebido uma proclamação do Coronel Piragybe, intitulado comandante do 1º Corpo-de-Exército Nacional Provisório, com seu QG em Jaguariaiva (segundo VILALBA, *op. cit.*, doc. 130, pág. 248), onde, entre outras considerações, enfatizava que:

- as divisões gaúchas do centro (Arthur Oscar) e do norte (General Lima e Pinheiro Machado) haviam sido batidas em Santa Catarina e haviam “fugido” para o Rio Grande do Sul;

- o Coronel Gomes Carneiro sucumbira na Lapa e suas tropas, numerando 800 homens, haviam capitulado e entregaram 6 peças de Artilharia;

- o Coronel Eugênio Melo capitulara em Paranaguá, com cerca de 1.000 homens e 10 peças de Artilharia;

• o General Pego Junior e o governador do Paraná, Dr. Vicente Machado, "se evadiram" de Curitiba, deixando abandonadas 4 peças de Artilharia, 800 armas diversas, muitas espadas, lanças e fardas;

• à vista desse quadro adverso às tropas do governo em Itararé, seria inútil elas prosseguirem para o Paraná.

Decorridos sete dias, Piragybe deixou o comando dessa frente e tomou um navio estrangeiro com destino a Montevidéu, em 22 de março de 1894. Segundo Isidoro Dias Lopes testemunhou, ao chegar a notícia da capitulação da Revolta na Esquadra, no Rio, o imaginário popular espalhou essa notícia que alarmou suas tropas, ao ponto de acreditarem que a *Esquadra Legal* que se aproximava do sul, "*possuía canhões automáticos capazes de acertar na lua*". A proclamação de Piragybe, em parte verdadeira no tocante à bem-sucedida invasão do Paraná, no que se refere às divisões gaúchas do centro e do norte situavam-se num quadro de Guerra Psicológica, que produzia efeitos negativos, pois não se dispunha, como hoje, de um sistema de informações em campanha, com metodologia para separar informações de informes e boatos.

Ao invés de ofensiva, os federalistas se retiraram do Paraná em três colunas, com junção prevista em Campos Novos, o que somente duas conseguiram, sendo que a de Juca Tigre teve de internar-se na Argentina. O 1º Batalhão da Polícia Militar da 2ª Brigada perseguiu-os até Rio Negro. A 1ª Brigada, do Coronel Braz Abranches, saiu ao encalço de Juca Tigre, guiado por Telemaco Borba, tendo ocorrido o combate de Passo Iguazu, onde se destacou o Batalhão Frei Caneca, paulista. A 3ª Brigada do Coronel

José Maria Marinho, natural de Pelotas, com o 1º Regimento de Cavalaria (atual Dragões, de Brasília), atuou na perseguição até o Rio Grande do Sul. Um destacamento dessa brigada, ao comando do Tenente-Coronel Emídio Dantas Barreto (37º Batalhão de Infantaria, 2º Batalhão de Polícia Militar e um piquete de Cavalaria), fizeram o rescaldo nos vales do Iguazu, Negro, Putinga e Timbó, a procura de líderes federalistas, do Coronel Amazonas, líder incontestado em União da Vitória, e do governador federalista do Paraná, Dr. Braga. Esse contingente operou em Nonoai e o 2º Batalhão de Polícia Militar chegou até Cruz Alta (RS), cidade fundada por paranaenses, de Castro, ou "birivas" curitibanos, como Atanagildo Pinto Martins, que exercera grande influência no planalto médio do Rio Grande do Sul — Cruz Alta, Passo Fundo, Soledade, Carazinho, Espumoso, Santa Bárbara — conforme o demonstra Rosely Vellozo Roderjan em *Os curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil Meridional* (Curitiba, IGHA Paranaense, 1992), livro que demonstra que os gaúchos federalistas, no Paraná, se sentiam meio em casa. O 37º Batalhão de Infantaria por muitos anos guarneceu o Paraná. O 2º Batalhão de Polícia Militar foi a última tropa paulista a retornar ao seu Estado, o que ocorreu em 14 de janeiro de 1895, quando, fazia cerca de 65 dias, havia sido fundado o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1º de novembro de 1894).

Grande parte do que foi preservado da memória da epopéia ora resgatada, se deve a um sargento integrante do 2º Batalhão de Polícia Militar, mais tarde assinalado historiador e comandante da Polícia Militar de São Paulo, Coronel Pedro Dias de Campos, filho

de Araçoiaba, através de obra que não tem sido explorada, por raríssima, nos estudos sobre a Revolta na Armada e a Guerra Civil aqui focalizadas. A obra reflete o pensamento de Bernardino de Campos (CAMPOS, Pedro Dias, Tenente-Coronel, PMSP), *A Revolta de Seis de Setembro — Ação de São Paulo* (Paris—Lisboa, Ailaud Alves, 1913), que usamos para dela tirar-se cópia, como contribuição ao Congresso do Centenário da Revolução Federalista (Curitiba-PR,³¹ maio 1994) previsto na Constituição Estadual. A Secretaria de Cultura tirou a cópia. Sobre o autor citado, escreveu o General Paula Cidade em suas *Memórias*, após com ele conviver na cidade de São Paulo, no combate a Revolução de 1924: “Era um homem moreno, de pequena estatura, tipo militar japonês, dados os traços mais marcantes de sua fisionomia. Mais tarde eu haveria de admirar nele um dos exemplares mais completos

de soldado com que me tenho defrontado” (*A Defesa Nacional* nº 709, setembro/outubro de 1983).

Pedro de Campos foi coadjuvante destacado da Missão Militar Francesa na Polícia Militar de São Paulo e um dos maiores comandantes dessa força, além de historiador militar brasileiro notável, conceito que a obra citada esquecida reforça.

Os federalistas de Gumersindo Saraiva, ao chegarem até Jaguariaiva e após se retirarem, percorrendo cerca de 2.500 km em sua grande marcha, escreveram uma página épica na História Militar do povo brasileiro, cujos sacrifícios e privações estão imortalizados na obra da testemunha Angelo Dourado, *Voluntários do Martírio* (Pelotas, Livraria Americana, 1896 — reedição fac-similar, em 1977, por Martins Livreiro). Em sua marcha, não deixaram a mácula de massas como o de Rio Negro. □

NOTAS

1. O massacre do Rio Negro ocorreu em 28 de novembro de 1893, em Hulha Negra (atualmente município) próximo a Bagé. Foi respondido, em Boi Preto, em 1º de abril de 1894, em Palmeira das Missões. O primeiro sobre a responsabilidade moral do general honorário João da Silva Tavares (Joca Tavares), e o segundo sob a responsabilidade moral do Coronel Firmino de Paula, como vingança expressa do primeiro. Em ambos foram sacrificados cerca de 300 homens, cifra que precisa ser estabelecida por existir controvérsias sobre sua extensão.
2. Vide, do autor, “A intervenção estrangeira na Revolta da Armada” (a rigor Revolta na Armada, pois só participou dela 1/5 da força), na RIHGB, nº 379 (abril/junho de 1993, págs. 232-268) e “Centenário da Revolta na Armada” (*A Defesa Nacional*, nº 762, outubro/dezembro de 1993, págs. 25-78).
3. Vide, do autor, *op. cit.* nota anterior, e o General Julião Augusto Serra Martins, um herói da Lapa pouco conhecido e reconhecido, publicado nos *Anais do Congresso do Centenário da Revolução Federalista*, Curitiba-PR, Assembléia Legislativa do Paraná, na RIHGSC, 1994.
4. Conclusão, com apoio no Almirante Hélio Leôncio Martins. A Revolta da Armada in: *Anais do Congresso Nacional de História... da República do Brasil*, Rio IHGB, 1989, págs. 103-126, menciona o Plano da Revolta para

conquistar Santos e São Paulo. Em Bagé, o Almirante Leôncio mencionou que a Revolta atingiu só 1/5 da Armada, daí a impropriedade de chamá-la Revolta *da*, ao invés de *na* Armada. Ela foi conhecida, também, como "Revolta de Seis de Setembro" e "2ª Revolta do Almirante Custódio". Esse debate foi suscitado, no Clube Naval, em 1993, em conferência sobre o tema, do qual participamos como debatedor.

5. Vide, do autor, "O massacre federalista do Rio Negro, em Bagé, em 28 de novembro de 1893", *RIHGB*, nº 378, janeiro/março de 1993, v. 154, "O massacre do Rio Negro" in: *Revolução Federalista*, Palegre, Martim Livreiro, 1993, págs. 123-136, e "Centenário do Massacre do Rio Negro", *Zero Hora*, Porto Alegre, 28/29 de novembro de 1993.
6. O Marechal Foch era instrutor de História Militar na Escola Superior de Guerra da França, de onde saiu para comandar a vitória aliada na Primeira Guerra Mundial. Valorizava a História Militar como instrumento de formação do profissional militar com o apelo na experiência alheia.
7. Idem com apoio *op. cit.*, nota 4.
8. Transcrito por Pedro Dias Campos em *A Revolta de Seis de Setembro — a ação de São Paulo*, Paris—Lisboa, Ailaud Alves, 1913, pág. 36.
9. Idem *op. cit.* nota anterior.
10. Idem *op. cit.* nota 4.
11. Vide ref. nota 4. Sentiu seu valor militar olvidado, o historiador paranaense Milton Miró Vernalha.
12. Chamava-se Alfredo Ernesto Jaques Ouriques. Nasceu em Porto Alegre, em 21 de fevereiro de 1848. Consagrou-se como estudioso de estratégia, ao publicar, na *Revista do Exército*, em 1882, o trabalho "Plano de Defesa Estratégica da Província do RGS", que reproduzimos, em nossa obra *O Exército na Proclamação da República*, Rio, Bibliex, 1989. Segundo concluiu de seus estudos, era engenheiro com vivência nas colônias militares de São Paulo, de Itapura e Avanhandava. Com a Revolução, deixou o Exército. Por volta de 1906, andava no Acre e no Amazonas. Possui mais trabalhos na *Revista do Exército* citada, relacionados por Ruas Santos, em sua *Coleção Bibliográfica Militar*, Rio, Bibliex, 1960, pág. 111. VILASBOAS fornece outras indicações em *Dicionário Bibliográfico Gaúcho*, Porto Alegre, Est/Edigal, 1991. Era engenheiro militar.
13. *Op. cit.* nota 8. Descreve os abusos praticados por essa tropa recrutada entre populares do Rio, e que combateu em Tijuca, após o que se passou, com seus oficiais e praças, para o lado dos federalistas, tendo assinado ata a respeito constante de VILALBA, *Rev Fed RGS*, Rio, Laemert, 1897, doc. 134, pág. 255.
14. Segundo Wenceslau Escobar, em *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense* (Porto Alegre, Livraria Globo, 1920) o autor foi editor de *A Reforma*, jornal federalista que se opunha a *Federação*. Em 1920, era dirigente do Partido Federalista. Teve sua obra de visão federalista respondida, no mesmo ano e editora, pelo Marechal João Cezar Sampaio, que comandou a Divisão do Sul que libertou Bagé sitiada. São duas obras xifópagas, sendo que a última é raríssima. Lemos a existente na Biblioteca do Exército, doada pelo General Souza Docca, bem como a de Wenceslau, anotada pelo General Valentim Bêncio.
15. A atuação da Divisão do Sul é descrita pelo seu comandante, o então Coronel Sampaio, na obra mencionada na nota anterior *O Coronel Sampaio e os Apontamentos do Dr. Wenceslau Escobar* (Porto Alegre, Livraria Globo, 1920), obra rara como foi referida e que reputo de grande valor profissional, pelas lições que contém. Não pode ser lida sem a do Dr. Escobar.
16. Estudamos o Almirante Jerônimo Gonçalves nas *op. cit.* na nota 2. Desconheciamo-lo, até ouvir a palestra do Almirante Hélio Leôncio Martins, no Centro de Documentação Geral da Marinha, que, com isenção, vem fazendo uma nova leitura da Revolta na Esquadra e seus principais protagonistas, numa visão corporativista salutar, a serviço da construção de uma Marinha do futuro com subsídios históricos baseados na verdade e na justiça, objetivos da História. O mesmo ele procedeu em relação a *Revolta dos Marinheiros de 1910* (Rio, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1988, Coleção Brasileira, v. 384).
17. O Almirante Batista das Neves integrou, com destaque, a *Esquadra Legal*. Em 1910, foi assassinado barbaramente pelos marinheiros revoltados do couraçado *Minas Gerais* que ele comandava, no episódio "A Revolta dos Marinheiros", citado na nota anterior. Hoje é nome da enseada do Colégio Naval.
18. Isidoro Dias Lopes, que mais tarde lideraria, em São Paulo a Revolução de 1924, acompanhou os federalistas na invasão do Paraná e participou do combate do Cerro do Ouro. De tudo o que viu, prestou valioso depoimento

- ao Coronel J. B. Magalhães, na obra *Consolidação da República* (Rio, Bibliex, 1946), depoimento federalista que não pode deixar de ser levado em conta pelos estudiosos militares da Guerra Civil 1893-1895.
19. Abordamos a hecatombe do Cerro do Ouro, onde, cerca de 300 a 400 civis bisonhos, improvisados como soldados da Guarda Nacional de São Gabriel e Santa Maria, sucumbiram às lanças das forças de Gumersindo Saraiva, que contavam com experimentados lanceiros brancos, liderados por seu irmão, Aparício Saraiva (trabalho para os Anais do Congresso do Centenário da Revolução Federalista em Curitiba-PR, em maio de 1994, para publicação pela Assembléia Legislativa).
 20. Assunto abordado na nota 5, que estava sendo condenado a um memoricídio, como se constata das fontes disponíveis contemporâneas.
 21. Homenagem ao Tenente-Coronel João Carlos da Silva Telles, do Exército, que se destacou na defesa dos portos de Santos e do litoral norte de São Paulo.
 22. Chamava-se Homem Bom e era da Guarda Nacional.
 23. Sua avaliação do adversário e do efetivo necessário para enfrentá-lo fora bastante subestimado.
 24. Realizamos a 3ª e última conferência do Congresso do Centenário da Revolução Federalista em Curitiba, em maio de 1994, sob o título: *Os cercos de Bagé e da Lapa e duas resistências épicas da História Militar do Brasil*, a ser publicada nos Anais do Congresso, pela Assembléia Legislativa, PR.
 25. Anivaldo Silveira Fontes o biografou e deu-nos seu testemunho de que sua absolvição posterior se deveu à interferência de seus alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, que muito o estimavam.
 26. A *Esquadra Legal* levou mais de 2 meses em organização e adestramento. Vide sua organização e história, que resgatamos nas fontes da nota 2.
 27. A *Esquadra Legal* nada teve de "Esquadra de Papelão". Sua ação foi decisiva para o término da Revolta, na Baía de Guanabara, e da Guerra Civil, em Santa Catarina e no Paraná. Seus tripulantes escreveram uma bela e difícil página da história militar naval do Brasil que procuramos resgatar num tributo a verdade e justiça históricas. A Esquadra revoltada também não ficou atrás. Seus tripulantes comportaram-se como heróis na defesa de suas verdades, e fizeram o possível e o impossível para manter seus navios operando.
 28. Foi resgatada a memória de mártir do Barão do Serro Azul, no Congresso do Centenário da Revolução Federalista, em Curitiba, e a oradora, na sua isenção de julgamento, defendia que Gomes Carneiro, por sua heroicidade, deveria ter sido promovido a marechal *post mortem*. Jornal da Associação Comercial do Paraná (nº 1.470, de 20 de maio de 1994) evocou o barão, em ampla e comovente reportagem. Sua execução merece ser objeto do Tribunal da História para responsabilizar moralmente os culpados por sua execução sumária e inútil.
 29. Esse personagem tornou-se tristemente célebre por sua maldade nata. É estudado pelo professor Milton M. Vernalha, em *Pica-paus e maragatos*, já citado. Manoel da Costa Medeiros, em *História do Herval* (Porto Alegre, 1980), registra atrocidades por ele praticadas em Herval-RS, mas propaga a inverdade de que Gumersindo Saraiva tenha mandado degolar 70 defensores que se renderam na Lapa, de igual forma que o Dr. Wenceslau Escobar divulga, em seus *Apontamentos*, que Gomes Carneiro tenha mandado atirar em mulheres e crianças que deixavam a Lapa. Enfim, a paixão da época levou a propagarem-se inverdades como essas ofensivas a Gumersindo e Gomes Carneiro. Nessa revolução a primeira vítima foi a verdade. Em tempo de guerra a mentira é como terra.
 30. Firmino Pires Ferreira chegou a marechal. Foi promovido a general-de-brigada em 12 de julho de 1895. Era filho do Piauí, que mais tarde representou no Senado. Foi herói da Guerra do Paraguai, como alferes. Era de Artilharia, Engenheiro Geógrafo, e bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas. Em 18 de abril, foi elogiado pelo General Ewerton Quadros, pela inteligência, valor e perícia tantas vezes comprovadas no campo-de-batalha e que, mais uma vez, foram postos a prova em defesa da República. Em ordem-do-dia 32, o General Ewerton "agradece os invidáveis serviços que o distinto Coronel Firmino prestou à República, na organização das forças que firmaram o domínio da lei no território do Paraná". Retornou ao Rio, em seguida (dados retirados de sua fê de ofício no Arquivo Histórico do Exército. O texto fornece mais dados).
 31. Colaboramos com o Congresso do Centenário da Revolução Federalista, com a conferência "Os cercos de Bagé e da Lapa e duas resistências épicas", "Repercussões estratégicas da resistência da Lapa" e, "As repercussões do combate do Cerro do Ouro na invasão do Paraná" (para os Anais do Congresso).